

A crítica em tensão: literatura e história

Pedro Meira Monteiro



Entre a literatura e a história
Alfredo Bosi
Editora 34
480 páginas, R\$ 65,00

Obra de erudição e intervenção, *Entre a literatura e a história* oferece uma paisagem ampla e profunda da crítica de Alfredo Bosi. Reunindo ensaios, prefácios, depoimentos e entrevistas, o livro se organiza em feixes temáticos que iluminam o balanço e a tensão entre a história e a literatura. Mesmo para os leitores assíduos de Bosi, os textos já conhecidos ganharão nova espessura, como se o conjunto atasse as linhas de um discurso que indaga o poder da literatura diante de seus condicionamentos sociais e históricos. Juntos (*re-unidos*), os textos são devolvidos ao solo comum que os gerou, onde a literatura se descobre *reflexão*, jamais puro reflexo, da experiência humana. A prosa límpida e segura abre caminhos diversos, que vão da crítica à história literária, dos discursos ideológicos à reflexão sobre o pensamento, com paradas que exigem do escritor posicionamento ético e moral diante do presente.

Não à toa, quase ao centro da obra, operando como uma mó que afia as ideias, vê-se um daqueles interregnos italianos tão ao gosto de Bosi, onde encontram-se Vico e Leopardi. O primeiro, a enfrentar o impasse entre a valorização do artifício retórico, que o barroco exaltava, e a abstração da razão, que imperava no cartesianismo de seu tempo. O segundo, a apontar, contra a fábula romântica do sujeito sentimental e único, o valor da fabulação mítica nos clássicos.

Em sua solução de compromisso entre o artifício e a razão, aprendemos que, para Vico, as figuras “não são meros ornatos, mas expressões desentranhadas do conhecimento sensível” (p. 133). Quem não vê aqui, como que prefigurada, a paixão do crítico pelo real sensível que nos engaja no mundo? Não se trataria da *práxis* como a experiência humana concreta que, 200 anos depois de Vico, Gramsci transformará na base de sua concepção da *cultura* como espaço de emancipação? Em Vico, a *fantasia*, que a leitura platônica tende a desqualificar, alia-se à memória e ganha foros transformadores, criando um mundo que, conquanto imaginário, jamais se desprende totalmente do real. No culto da memória, o acontecido se ressignifica e a literatura se ergue, já não ornato ou codificação cerrada, mas como espaço de criação a

partir da história – a mesma história que dispara a voz do crítico diante das urgências do contemporâneo: a energia nuclear, a educação, a religião, o Estado, a ditadura, a violência, a fome, a democracia, o socialismo, a militância na América Latina.

Já em Leopardi a imaginação se projeta no *mito* como motor da poesia. Em seu isolamento enfermizo, o poeta não repete, contudo, o gesto que se consagraria na figura do gênio romântico, martirizado pela nulidade do mundo. A paisagem, para Leopardi, é porta de acesso a outro tempo, quando a beleza “rebrotava” no instante em que a palavra poética ressoa. A poesia cumpre a mais nobre função para o crítico, que compreende amorosamente o isolamento de Leopardi, assim como procura ver, em João Cabral, como o poema logra dar forma e sentido ao drama do sujeito histórico, com o qual o poeta simpatiza e se *co-move*, dos cassacos de engenho aos severinos seus contemporâneos. Movimento, em suma, propiciado pela literatura, sempre que se escavam as razões do sujeito nas “paixões do cotidiano e nas figuras da memória”. Penso, a esse respeito, na brilhante análise da leitura do mundo e do impacto da escrita em *Infância* de Graciliano Ramos, no “balé brasileiro da intimidade assimétrica” detectado num conto de Mário de Andrade, no horizonte desinvestido de qualquer transcendência em Lygia Fagundes Telles, no idealismo liberal-democrático do jovem Machado de Assis logo tingido pela melancolia, na proximidade da morte em Reventós, na irrupção do sujeito na poesia fugaz e ágil de Ferreira Gullar, no jogo entre distância e proximidade que rege a viagem poética de Cecília Meireles. Penso, ainda com Bosi, nos rasgos sorelianos de Mariátegui, que jamais descuidou do *mito* enquanto lavrava, em seu tempo e lugar, o solo do marxismo.

Se reforço a importância do núcleo “italiano”, é por nele perceber a razão de ser e a tarefa da literatura *diant*e da história: devolver, ao sujeito, a singularidade de seu sofrimento e de sua alegria diante do tempo roaz. Não se trata de reduzir o livro a tal núcleo, mas de ali buscar alguns dos móveis do pensamento de Alfredo Bosi. É assim que, ao recatar-se contra o império da forma (os

“moinhos de letras e castelos de cartas” [p. 219] em que se perderiam as vanguardas), o crítico reclama para a literatura a função de revelar o “dentro” do sujeito, oferecendo-lhe aquela linguagem *eficiente* capaz de restituir “dimensões originárias de radiante clareza e rara intensidade” (p. 22). Para tanto, é mister reagir ao império da ideologia, aceitando porém que ela é constitutiva do texto, assim como, em Croce, a fantasia e o conceito, a poesia e a lógica pertencem “ao mesmo fluxo da vida e do espírito humano”. A ideologia, enfim, é sempre parte da literatura, mas jamais será “o núcleo vivo, o fogo, a alma da sua poeticidade, que é intuitiva, figural, imaginária” (p. 249-50).

A atenção à linguagem não descarta da longa duração das formações ideológicas, como se vê no inédito “As ideologias e o seu lugar”, diálogo rápido e cortante com Roberto Schwarz. Atendendo para a imbricação entre ideias liberais e escravismo em escala global, Bosi relativiza o aspecto “farsesco” atribuído à presença daquelas ideias no Brasil, as quais se dividiriam, na segunda metade do século XIX, entre um liberalismo “excludente, escravista” e outro, “democrático, abolicionista”, cujo porta-voz mais ilustre foi Joaquim Nabuco. Não haveria então “por que isolar o Estado brasileiro como caso único e farsesco da coabitação da ideologia liberal com uma prática escravista. Cá e lá... o lugar dessa triste fusão era o do capital fundiário e da rede de interesses comerciais e políticos que o reproduziam” (p. 239). No trânsito das ideias, os interesses econômicos e as injunções sociais pesam, mas o sujeito pode se libertar ou se deixar cingir pelas malhas da ideologia, que confunde o interesse de uma minoria com o desígnio nacional.

É o desígnio nacional, ou talvez devesse dizer-se o *desígnio da maioria*, que dá lastro a uma das seções mais fortes do livro: aquela, justamente, das “Intervenções”, umbilicalmente ligada à seção anterior, “Ideologias e contraideologias”. Ali, a visada alerta e penetrante varre com indignação os temas que importam na história do Brasil. E o compasso do espírito se abre generosamente: onde leitores apressados pensariam encontrar tão-só o intelectual católico, campeão da teo-

logia da libertação em seus momentos críticos, descobre-se o admirador da longa história do positivismo no Brasil e na França. Atualizadas pelo “altruísmo” de Comte, as raízes saint-simonianas teriam brotado no Apostolado, carreando simpatias para a luta da classe trabalhadora que a República oligárquica brasileira maltratava. A história é farta em complexidade e paradoxos, já que o sopro original do experimento republicano brasileiro é positivista, embora a República não se reduza a ele.

Tampouco é casual que a educação reponte como tema-chave nessas intervenções e que a compaixão pelos professores, desrespeitados por políticas públicas bisonhas, faça par à análise simpática das diretivas educacionais da Carta de 1934, a única, ao lado da atual Constituição, a inscrever a ampliação da instrução popular num futuro inclusivo. Em 1934 teria vencido momentaneamente a tendência “popular e socializante” do veio positivista gaúcho, cujas contradições se projetam na figura singular de Vargas e se acentuam no Estado Novo.

Mas os experimentos de fundo democratizante que mal se iniciaram em 1930 foram esmagados pelo golpe de 64, e é dos escombros desse futuro em disputa que fala Bosi, em textos escritos entre a década de 1980, em plena abertura política, e nosso próprio tempo. Em todos eles, assim como nos vários textos que esta resenha sequer arranhou, dá-se o exercício daquela “fantasia organizada”, feliz expressão que Celso Furtado encontra em Valéry (p. 323). Mas aqui o “planejamento” é de outra ordem, mais agônica, porque o crítico não tem nas mãos os instrumentos capazes de alterar o rumo da história. Ou talvez tenha, e os vislumbre, quando enlaça objetividade e utopia, selando a ética daquele que “deveria viver em permanente tensão”.

Quase ao centro da obra, operando como uma mó que afia as ideias, vê-se um daqueles interregnos italianos tão ao gosto de Bosi, onde encontram-se Vico e Leopardi

Pedro Meira Monteiro é professor titular de literatura brasileira na Princeton University. É autor, entre outros, de *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência* (Companhia das Letras/Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros, 2012).